



| | | |
|---|--|---|
| <p>Jornal Negócios</p> <p>05-05-2020</p> | <p>Periodicidade: Diário</p> | <p>Temática: Economia</p> |
| | <p>Classe: Economia/Neócios</p> | <p>Dimensão: 1228 cm²</p> |
| | <p>Âmbito: Nacional</p> | <p>Imagem: S/Cor</p> |
| | <p>Tiragem: 12747</p> | <p>Página (s): 1/17</p> |

Radar África
 Angola, duas
 investigações
 com destinos
 diferentes

ECONOMIA 17

ECONOMIA



RADAR ÁFRICA

Rubrica semanal que se publica às terças-feiras

Angola, duas investigações com destinos diferentes

Os Luanda Leaks conduziram ao ocaso de Isabel dos Santos, a braços com a justiça em Angola e Portugal. Uma outra investigação sobre uma rede angolana, que terá usado bancos para transferências ilícitas, caiu leve como uma pluma.



CELSO FILIPE
 Diretor adjunto
 cfilipe@negocios.pt

CELSO FILIPE
 cfilipe@negocios.pt

A 19 de janeiro de 2020, o Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação (ICIJ) revelou mais de 715 mil ficheiros, que batizou como Luanda Leaks, nos quais se detalham alegados esquemas financeiros que terão permitido a Isabel dos Santos e ao marido, Sindika Dokolo, retirar dinheiro dos cofres públicos de Angola através de paraísos fiscais.

Com a divulgação dos documentos, Isabel dos Santos caiu num poço sem fundo, perdendo bens, participações e empresas e, não menos relevante, a sua reputação enquanto empresária.

Este processo de descida aos infernos havia começado no último dia de 2019, quando o Tribunal Provincial de Luanda decretou o arresto das suas contas bancárias e participações em empresas, ao mesmo tempo que o Estado angolano reclamava um crédito superior a mil milhões de dólares. As autoridades judiciais portuguesas, a pedido das suas congéneres angolanas, também congelaram os seus bens e participações em Portugal e, pelo caminho, Isabel dos Santos foi forçada a desfazer-se das suas posições no Eurobic e Efacec.

Se os Luanda Leaks e o trabalho do ICIJ fizeram estrondo e obrigaram Isabel dos Santos a refugiar-se em destino incerto, o mesmo não se pode dizer de uma outra investigação efetuada pelo Projeto de Investigação ao Cri-



O general Leopoldino Fragoso do Nascimento é um dos visados na investigação da OCCRP.

me Organizado e Corrupção (OCCRP), o qual também envolve jornalistas, divulgado a 13 de abril deste ano. Neste caso, os investigadores apontam o dedo



Factos relevantes

- O Projeto de Investigação ao Crime Organizado e Corrupção é apoiado, entre outros, pelo Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação, a Open Society, criada por George Soros, e organismos de países como a Suécia, a Dinamarca, os Estados Unidos e o Reino Unido.
- O Banco de Portugal não respondeu às questões colocadas pelo OCCRP.

a Manuel Vicente, antigo vice-presidente de Angola, e ao general Leopoldino Fragoso do Nascimento (Dino), como artífices da criação de uma rede privada que utilizava bancos destinada a transferir as suas riquezas para o espaço comunitário, avançando que duas auditorias efetuadas pelo Banco de Portugal em 2016, mantidas em sigilo, detetaram a transferência irregular de dinheiro, no mínimo 324 milhões de dólares, de Angola para Portugal.

“Um grupo de funcionários do Governo angolano e altos quadros de bancos canalizaram centenas de milhões de dólares para fora do país com pouca supervisão, criando a sua própria rede bancária privada, através da qual enviaram dinheiro para

Portugal e outros locais da União Europeia” descreve a OCCRP, acrescentando que esta rede continua a funcionar.

Para atingir os seus propósitos esta rede terá contado com o envolvimento de sucursais portuguesas de bancos angolanos, entre os quais o BNI Europa e de instituições com atividade em Cabo Verde. De acordo com os investigadores, os factos apontados fazem que se coloque “sérias questões sobre a capacidade ou a vontade de Portugal e a União Europeia de travarem este fluxo financeiro ilícito”.

Uma e outra investigações tiveram impacto diferente. A primeira conduziu ao ocaso de Isabel dos Santos. A segunda caiu leve como uma pluma, pelo menos por agora. ■

BALANÇO E CONTAS

A “SORTE” DE ANGOLA

Alex Vines, diretor do Programa Africano da Chatham House, considera que Angola, no difícil contexto da pandemia de covid-19, “tem sorte” por não ter reembolsos de dívida este ano, embora tenha de entregar mais petróleo à China devido ao preço baixo. “A maioria dos países africanos, como Angola, têm sorte porque muitas das emissões soberanas de dívida são recentes e não há reembolsos devidos em 2020, com exceção da África do Sul”, afirmou Alex Vines, em entrevista à Lusa. Angola “estava a planejar uma emissão de dívida em eurobonds este ano, mas isso agora está adiado”, acrescentou Alex Vines.

VALE PÁRA EM MOÇAMBIQUE

A Vale, multinacional brasileira, que extrai carvão em Moatize, na província do Tete, Moçambique, anunciou a paragem da produção devido à falta de clientes e também ao esgotamento da capacidade de armazenamento portuária da referida matéria-prima. A interrupção da atividade da Vale é um problema adicional para o Estado moçambicano, na medida em que o carvão é o principal produto de exportação do país. Também por causa disso a moeda nacional, o metical, desvalorizou-se.

337

AJUDA

O FMI já emprestou 337 milhões de dólares a Moçambique no âmbito da covid-19.